



ATA DA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL — ESTADO DO PANTANAL

Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Quero apresentar a justificativa de ausência do deputado Coronel David, que está em Brasília (CI-026GAB/2024). **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhoras e senhores deputados! *"Ata da Quinquagésima Sexta Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul — Estado do Pantanal. Aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Sessenta e Três da Quinquagésima Quinta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagens nºs 25 a 32/2024, do Poder Executivo; Ofício nº 158/2024, do Poder Executivo; Ofício nº 1.427/2024, do Ministério da Saúde; Ofício nº 162.835.073.0013/2024, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 2.090, 2.092 e 2.116/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande; Ofício nº 7.063/2024, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande; Carta nº 620/2024, da Energisa Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Antonio Vaz, Caravina, Paulo Duarte, Lia Nogueira, Pedrossian Neto, Pedro Kemp, Junior Mochi, Lidio Lopes e Roberto Hashioka. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelo deputado Renato Câmara. GRANDE EXPEDIENTE - Não houve oradores inscritos. ORDEM DO DIA - Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 65/2024, de autoria do deputado Roberto Hashioka. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 122/2024, de autoria do deputado Gerson Claro. Foi pedido vista pelo deputado João Henrique do Projeto de Lei nº 6/2023, de autoria do deputado Pedro Kemp. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 105/2024, de autoria do deputado Antonio Vaz. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à senhora Iacita Azamor Pionti, pelo lançamento do 1º volume do livro 'ELLAS', no dia 27 de junho de 2024, em Campo Grande. O deputado Londres Machado pediu vista do requerimento de informações, Protocolo nº 2.075/2024, de autoria do deputado João Henrique. O deputado Paulo Duarte pediu destaque, e foi rejeitado em votação nominal, do Requerimento de Informações Protocolo nº 2.076/2024, de autoria do deputado João Henrique. Indicações, de autoria dos deputados Pedro Kemp, Mara Caseiro, Coronel David, Pedrossian Neto, Lia Nogueira, Roberto Hashioka, Zeca do PT, Pedro Kemp, Caravina e Lidio Lopes. EXPLICAÇÕES PESSOAIS - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dois de julho do ano de dois mil e vinte e quatro". Foi lida a ata, senhor presidente.*



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Quero registrar que está em fase de conclusão a importante reunião dos deputados da Comissão de Educação com professores e diretores, no Plenarinho Deputado Nelito Câmara. Logo depois da reunião, os colegas virão a este Plenário para participar da nossa Sessão. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa, primeiro-secretário, para que faça a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Senhor presidente e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária de 03 de julho de 2024: Ofícios nºs 2.847, 2.854 e 2.869/2024, da Presidência da República, respondendo às indicações do deputado Zeca do PT (Prot. nº 1.682/2024, 2.305/2024, 1.722/2024); Ofício nº 2.771/2024, do Ministério da Educação, respondendo à indicação dos deputados Zeca do PT, Gleice Jane e Pedro Kemp (Prot. nº 1.616/2024); Ofício nº 8.627/2024, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do deputado João Henrique (Prot. nº 1.018/2024); Ofício nº 18/2024, da Caixa de Assistência dos Servidores de Mato Grosso do Sul (Cassems), respondendo à indicação do deputado Coronel David (Prot. nº 1.680/2024). Foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, nobres parlamentares e todos que nos acompanham pela TV Assembleia! Projeto de lei. Acrescenta dispositivo ao artigo 76, parágrafo 1º, alínea 'c', da Lei Complementar nº 053, de 30 de agosto de 1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares Estaduais de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Altera a redação do artigo 76, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 053, de 30 de agosto de 1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares Estaduais de Mato Grosso do Sul. Artigo 1º - Altera redação do Item 11, alínea 'c', parágrafo 1º, do artigo 76 da Lei Complementar nº 053, de 30 de agosto de 1990, com a seguinte redação: ter se candidatado a cargo eletivo, desde que conte cinco ou mais anos de efetivo serviço na Polícia Militar, ou dez anos ou mais de serviço militar prestado, cumulativamente, nas Forças Armadas, ou em outras polícias militares. Justificativa. A proposta tem por objeto adequar a redação do artigo 76, parágrafo 1º c, da Lei Complementar nº 053, de 30 de agosto de 1990 à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e legislação federal pertinente. O legislador ordinário determinou expressamente que aos militares é assegurado o alistamento eleitoral, atendidas as condições constantes no artigo 14, parágrafo 8º, da Constituição Federal de 1988, *in verbis*. Artigo 14 - A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: parágrafo 8º - O militar alistável é elegível, atendidas às seguintes condições: I - se contar com menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade; se contar com mais de 10 anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará, automaticamente no ato da diplomação para a inatividade. Dessa forma, em razão do que dispõe a Constituição Federal de 1988, faz-se necessária a adequação da norma às razões constitucionais, com a finalidade de assegurar aos membros da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul seus direitos políticos. A interpretação que se faz da Constituição Federal, seguindo o princípio da legalidade e da máxima hermenêutica jurídica, diz que devemos dar à norma constitucional o sentido de que conceda maior eficácia, ou seja, mais ampla efetividade social. Hoje, esse princípio se aplica a toda e qualquer norma constitucional, em especial aos direitos fundamentais. O postulado da máxima efetividade busca



atribuir às normas constitucionais a maior eficácia possível. Não há como negar que todas as normas constitucionais são dotadas de uma eficácia mínima, mas o intuito deste é de conferir uma interpretação que lhe dê maior eficácia. Por fim, é importante ressaltar que a pretendida alteração para adequação da norma contexto constitucional foi contemplada por diversos outros estados, ou diversos outros estatutos das polícias militares estaduais, tais como a Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, que dispõe o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal; a Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais; a Lei nº 3.169, de 9 de Janeiro de 1978, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo; entre outras. Assim sendo, com o intuito de garantir os direitos fundamentais desta categoria, peço a aprovação do presente projeto de lei complementar. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, quero registrar, com muita satisfação, nossa visita de ontem juntamente com o governador a algumas cidades. Começamos por Anastácio, inauguramos uma agência do Detran. Fomos ao 21 e à MS-345. Andamos mais um pouco, passamos pela ponte sobre o rio Miranda. Do lado de lá é Bonito, do lado de cá é Anastácio. Aí ele inaugurou o "subtramo nº 2", porque agora as inaugurações estão sendo feitas por trechos. Depois chegamos a Bonito. Eu queria comemorar com os nobres deputados porque na gestão do Reinaldo Azambuja eu assumi o governo do estado por cinco dias, com a anuência dos pares, e naquele período eu disse para o Reinaldo o seguinte: vamos lançar a MS-345. E ele me autorizou. Lançamos a MS-345 e a Estrada do Turismo. O Riedel, ontem, como sempre, justo e claro, disse: "Eu vim aqui com o Paulo Corrêa, então governador, e lançamos essa estrada. À época, eu era secretário de Obras e o Paulo era governador; hoje o Paulo é deputado; eu, governador. Por isso nós estamos aqui hoje inaugurando esse trecho. Conforme o nosso guru Londres Machado, um dia que alguém fica como governador, já vale, não é, Junior Mochi?, por um mandato inteiro nosso aqui. Mas a gente fica muito feliz em participar de um governo municipalista, que atende aos anseios da população. Agora, a rota para Bonito ficou 40 quilômetros menor, indo por Anastácio. E além disso, a estrada é muito mais vazia. Hoje, dá para viajar de Campo Grande a Bonito em duas horas e meia. Inauguramos também a Estrada do Turismo, 10 quilômetros, com ciclovias e tudo mais. E fomos à MS-382 também, que liga Bonito à Baía das Garças, no Pantanal. Aí, vai para o Pantanal, do lado direito, e para o rio Paraguai, ou volta para BR-267, que liga Jardim a Porto Murtinho. Então, a visita foi muito interessante. A estrada está muito boa. Eu já vi muitas obras de estrada. A quantidade de obras que a empresa Via Magna está executando é impressionante. A MS-382 já está no KM 60. O que é a MS-382? É a estrada que vai para as grutas. Aliás, nós conseguimos aprovar aqui, com o trabalho desta Casa, a gruta Nossa Senhora Aparecida, que é a terceira gruta de Bonito. Então está sendo feito um trevo na MS-382, está descendo para a Baía das Garças, que leva lá para o Pantanal. A avenida Eraldo Couto, que fica na entrada da MS-345, em Bonito, ali no Marambaia, também está muito boa. A obra recebeu emenda do senador Nelsinho Trad, que mandou uma boa quantia, e do Dagoberto Nogueira, que colocou praticamente com 7 milhões de reais de emenda. Então, o evento foi um encontro da Assembleia Legislativa com a Câmara Federal e o Senado. Eu e o deputado Lucas de Lima representamos a nossa Casa. Fizeram-se presentes o deputado Dagoberto e o senador Nelsinho Trad. Dia de festa, dia de alegria para Bonito. Dia de alegria para nós também, que pudemos participar deste momento tão importante para a nossa querida cidade de Bonito. Muito obrigado!



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Feito o registro. Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADA CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente, colegas parlamentares, público presente, assistentes e todos que nos acompanham pelas redes sociais, TV Assembleia e pela Rádio Alems, bom dia! Pela ordem, senhor presidente. Quero cumprimentar o deputado Paulo Corrêa, que esteve representando nossa Casa na importante inauguração das obras na MS-345 e na Rodovia do Turismo. Deputado Paulo, eu era secretário adjunto de Infraestrutura do Eduardo Riedel, quando essas obras foram lançadas. Obras grandes, importantes. E agora elas estão sendo inauguradas e entregues à população. O senhor governou naquela época. Nós estivemos no lançamento dessas importantes obras. A gente fica feliz em saber que agora elas estão sendo entregues. O trajeto a Bonito agora está bem menor. O trecho será muito utilizado. A região é muito bonita. A estrada fará a integração do turismo de Campo Grande com Bonito, com Bodoquena, com aquela região. Então, parabéns por ter participado do lançamento e agora da entrega das obras. Parabéns ao governador Eduardo Riedel! Isso mostra que a gente estava certo quando saímos pelo estado falando da importância da eleição do Eduardo Riedel, para que esse programa municipalista do governador Reinaldo Azambuja pudesse continuar em andamento. Bem, agora eu vou apresentar três indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agraer, senhor Washington Willemann de Souza, solicitando a reforma do prédio da Agraer localizado no município de Nova Andradina. O edifício está condenado pelo desgaste natural e pela falta de manutenção. Este pedido vem da classe política de Nova Andradina. O governo do estado tem um projeto no sentido de que os órgãos públicos dos municípios sejam centralizados, de que sejam criados espaços únicos que possam atender vários órgãos. Há prédio da Agraer, da Agenfa, do Detran, enfim, vários prédios nos municípios que precisam de melhorias, que precisam de reformas e que poderiam ser unificados em um único espaço, deputado Pedro Kemp, aos moldes do Poupatempo. E podemos nos embasar em outros estados para otimizarmos espaços, economizarmos recursos e facilitarmos o atendimento à população. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Sanesul, senhor Renato Marcílio da Silva, solicitando a construção de reservatório de água no município de Terenos, visando solucionar recorrente falta de abastecimento de água, que há anos causa transtornos à população. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor de Suporte de Manutenção Viária da Agesul/Seilog, senhor Francisco de Assis Cassundé Ferreira, solicitando a imediata limpeza e roçagem das margens da rodovia MS-395, mais especificamente do trecho compreendido entre os municípios de Anaurilândia e Brasilândia. A alta vegetação prejudica a visibilidade dos motoristas que por lá transitam diariamente, aumentando o risco de acidentes, assim como de incêndio, devido à temporada de seca. Incêndios, aliás, já estão acontecendo. Salvo engano, o deputado Roberto Hashioka já apresentou um pedido referente à roçagem da rodovia, e agora eu o estou reforçando. Várias rodovias precisam passar por manutenção. Um abraço.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, deputados, deputadas e todos que nos assistem pela TV Assembleia! Pela ordem, presidente. Na mesma seara do deputado Paulo Corrêa, quero parabenizar o governo do estado pelas obras inauguradas ontem,



na Estrada do 21. Eu não pude participar da inauguração da estrada, mas o deputado Paulo Corrêa lembrou bem que foi ele, enquanto governador, que autorizou a realização da obra. Eu passei por lá semana retrasada, se não me engano, e vi que a estrada está linda. Quero parabenizar o governador e cumprimentar os deputados Paulo Corrêa e Lucas de Lima, que representaram esta Casa na entrega das obras. O governador também foi inaugurar a restauração e revitalização do Centro Referencial das Culturas dos Povos Originários em Miranda. E essa obra tem um grande significado, porque quando eu era presidente da Fundação de Cultura, ia muito àquela região, principalmente porque em Corumbá há muitos prédios tombados, enfim, e eu sempre passava por Miranda, e via aquela estrutura, deputado Pedro Kemp, tão bonita, tão acolhedora, cartão de visita do município de Miranda e do nosso Pantanal. Eu pensava que ali era feita a comercialização de todo o artesanato da região. Aí, quando fui conhecer a região, os trabalhos no Centro Cultural estavam suspensos e nós então trabalhamos pela restauração e revitalização do prédio do Centro Referencial. O então governador Reinaldo Azambuja e o então secretário de Infraestrutura Eduardo Riedel entenderam, nos atenderam e a obra inaugurada ontem será muito importante para a cultura indígena também, será um lugar onde as pessoas poderão comercializar todo o artesanato produzido, principalmente pelos povos indígenas. Os indígenas estão muito felizes por terem um lugar para comercializarem suas obras. Os artesãos de Miranda também estão na expectativa de melhorarem bastante suas vendas. Ademais, presidente, quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário Hélio Peluffo e ao presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, Mauro Azambuja, solicitando a execução de obras de manutenção da ponte sobre o rio Sucuriú, localizada na MS-320, no distrito de Pouso Alto, no município de Paraíso das Águas. A presente indicação decorre de um pedido formulado pelo vereador Professor Leonardo, de Paraíso das Águas. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados e deputadas e todos que nos acompanham pela TV Assembleia e pela Rádio Alems! Eu trago uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente regional do Dnit no estado de Mato Grosso do Sul, senhor Euro Nunes Varanis Júnior, solicitando, em regime de urgência, a construção de dispositivos necessários para a regularização dos acessos ao assentamento Santa Olga, na rodovia BR-376, e ao assentamento Teijin (linha Santo Expedito), na rodovia BR-267, ambos no município de Nova Andradina. Os dispositivos seriam "faixas de aceleração e desaceleração, sinalização horizontal e vertical e redutores de velocidade." A presente solicitação foi encaminhada ao nosso gabinete pela comunidade do nosso amigo ex-presidente da Câmara de Vereadores Cido do Pantanal. Aproveito a oportunidade para agradecer ao secretário Hélio Pelluffo, que está construindo dispositivos na MS-134, em três pontos, para atender o assentamento Teijin. Bom, eu tenho aqui também, presidente, uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação à senhora Adriana Maldonado de Barros, conhecida como A Bugra, por sua participação no reality show Prato Brasil, criado pelo Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio em parceria com os canais Sabor & Arte e Terraviva, com o apoio da Le Cordon Bleu, a escola de gastronomia mais prestigiada do mundo. Adriana Maldonado é pantaneira, filha, neta e bisneta da cultura do agro. Seu bisavô, Chicão de Barros, foi um dos maiores criadores de bois da região de Nhecolândia.



Com a filosofia "do campo à mesa", Prato Brasil busca destacar o talento da mulher brasileira no agronegócio e na culinária, valorizando a nossa terra e a diversidade dos alimentos das cinco regiões do país. Se aprovada, a presente moção poderá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição do deputado Roberto Hashioka, em nome de seus pares e do povo sul-mato-grossense, vem consignar a merecida admiração e o devido reconhecimento à Adriana Maldonado de Barros, A Bugra, por sua participação no reality show Prato Brasil, com a preparação de pratos que retratam nosso Mato Grosso do Sul, apresentando para o Brasil e para o mundo a nossa rica diversidade e manifestação gastronômica e cultural." Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, população que nos assiste pela TV Assembleia, todos que nos prestigiam com sua presença, servidores e imprensa, bom dia! Eu venho reiterar uma indicação que fiz ano passado e até agora não recebi as informações que solicitei. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor secretário de estado de Administração, Frederico Felini, e ao senhor diretor-presidente da Agência de Previdência do Estado de Mato Grosso do Sul, Jorge Martins, por cópias autônomas, solicitando um levantamento da dívida dos servidores públicos estaduais ativos e aposentados, apontando as seguintes informações: "1) Qual o montante do estoque da dívida com empréstimos consignados de servidores ativos e inativos; 2) Qual o montante numérico de empréstimos concedidos aos servidores públicos estaduais ativos e inativos; 3) Quais as principais instituições financeiras que atuam na linha de crédito consignado para os servidores estaduais ativos e inativos; 4) Quais as taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras credoras; 5) Informação qualitativa e quantitativa de quantos destes servidores possuem consignados acima do limite percentual estabelecido pela Lei Federal nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestação em folha de pagamento." Era o que eu tinha, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não há mais oradores inscritos...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos que o deputado Zeca do PT nos representa no evento da agricultura familiar em Brasília. Acabamos de receber aqui as agendas que ele está cumprindo. Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, esta semana o presidente nacional do Ibama esteve falando sobre as queimadas aqui no nosso Pantanal, ele disse uma frase que eu acho importante replicarmos aqui para reflexão. "Ou esses focos de incêndio no Pantanal acontecem por descuido, ou eles são provocados, e, muitas vezes, são provocados criminosamente." E aqui eu faço a seguinte pergunta: quem está colocando fogo no Pantanal? Porque alguns ambientalistas dizem o seguinte: nos últimos trinta, sessenta dias não caíram raios na região, e raios podem provocar incêndios de forma natural no Pantanal. Há um combustível esparramado por aquela planície toda, por conta da seca histórica que vem acontecendo na região. Como não houve raios, estão colocando fogo no Pantanal, e nós não sabemos por qual motivo. É para fazer



limpeza diária, ou é para atrair investimentos? Fica a pergunta. Uma coisa é certa: não está acontecendo incêndio de forma natural. Ou se coloca fogo controlado e perde-se o controle depois; ou se faz isso de forma proposital. Quem faz isso de modo proposital sabe que depois o governo estadual e o governo federal enviam recursos. Quantos milhões estão sendo gastos para fazer o controle dos focos de incêndio no Pantanal? Então, para fazer limpeza diária, é preciso fazer um planejamento. Agora, se pessoas estão ateando fogo em suas propriedades privadas e depois perdem o controle e o fogo se alastra, é importante investigar e responsabilizar os culpados. O que não pode é agora o governo do estado ficar gastando com aeronaves, com helicópteros, com bombeiros. O que não pode é o governo federal ficar trazendo aviões, trazendo mais agentes para fazer o controle do incêndio. Então, senhor presidente, eu quero aqui registrar que o Ministério Público Federal já está fazendo uma investigação para identificar e responsabilizar aqueles que estão provocando incêndios no Pantanal. Já existe um gabinete de crise em Ladário, pessoas já estão atuando no sentido de identificar o que deu início aos focos de incêndio, porque quem está fazendo isso tem de ser responsabilizado. É inadmissível depois ter de gastar milhões e milhões para fazer o controle do fogo, sendo que algumas pessoas, de maneira irresponsável, dão início às queimadas. Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Apontado. Registramos e agradecemos a presença de Tereza Moreira, vereadora do município de Jardim. Com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente, eu ouvi atentamente a fala do colega deputado Pedro Kemp; a gente acompanha a narrativa nacional deles sobre o motivo pelo qual o Pantanal está queimando mais no governo do PT. Há uma série de narrativas por aí. Mas a questão é que aumentou a quantidade de biomassa. É difícil, hoje, conseguir uma simples autorização para supressão vegetal, para limpeza de pasto. A burocracia é grande. E conforme se diminui a sustentabilidade e o investimento no Pantanal, aumenta-se a quantidade de fogo. Há reservas e reservas servindo como reposição florestal, na expectativa do crédito de carbono, enfim. E existem áreas e áreas improdutivas no Pantanal, com grande quantidade de biomassa. Aí vem a seca, e com ela, o fogo. Então, nós temos que entender o seguinte: incentivar a queimada controlada na época adequada reduz a quantidade de biomassa. Aumentar a quantidade de gado (que é o bombeiro do Pantanal) aumenta a produtividade e contribui para a redução de queimadas. Agora, a grande verdade é que, por uma lei federal, nós transferimos todas as responsabilidades para o governo federal, com medo de sofrermos uma intervenção no Pantanal. Os produtores e os fazendeiros têm medo de fazer qualquer procedimento na área do Pantanal, deputado Pedrossian Neto, e quando acontecem queimadas, e muitas delas feitas por ONGs e por índios, que só têm o fogo como amigo para viabilizar a sua produção, pega fogo no Pantanal inteiro. Aí a gente tem que ouvir esse tipo de fala. Então, está difícil, senhor presidente, ser produtor rural em Mato Grosso do Sul e no Brasil. O valor, deputado Zé Teixeira, das multas colocadas sobre os fazendeiros e as taxas para autorizações de limpeza e de supressão de camada vegetal são altas, enfim. Fica aqui um protesto à fala do deputado que me antecedeu.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: um projeto de lei (Prot. nº 02203/2024). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma indicação (Prot. nº 02191/2024). De autoria do deputado Lucas de Lima: três indicações (Prot. nºs 02200/2024, 2199/2024, 2198/2024). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma indicação (Prot. nº



02197/2024). De autoria do deputado Renato Câmara: uma indicação (Prot. nº 02193/2024); um requerimento (Prot. nº 02194/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma indicação (Prot. nº 02202/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 02201/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 02195/2024, 02196/2024).). Registramos que já se encerrou a reunião da comissão da nossa Casa com o Instituto Federal de Educação. Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Vossa Excelência dispõe de 30 minutos.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente e colegas deputados, na mesma linha dos colegas que me antecederam, venho falar um pouco sobre as queimadas no Pantanal e sobre as ações do governo nesse sentido. Eu tive a oportunidade de representar a Assembleia Legislativa na comitiva do governador que recebeu aqui as ministras Marina Silva e Simone Tebet. E o que nós vimos lá no Pantanal foi uma área que virou pó, simplesmente pó. Agora várias ações estão sendo planejadas. Hoje, Mato Grosso do Sul está muito mais preparado, com novas tecnologias, satélites, satélites da Nasa, temos o landscape, equipamentos que conseguem detectar o início das queimadas. Mas qual é o grande problema? Chegar ao local! Como chegar ao foco, sem estrada? É preciso ter instrumentos. E hoje o estado tem instrumentos, tem dois aviões, tem um avião um AK da Força Aérea Brasileira, que é um dos mais eficientes no combate a queimadas. E um ponto importante que foi discutido foi a questão dos brigadistas. Hoje, há cento e cinquenta brigadistas contratados. Porém, eles são contratados na época de seca, na época em que ocorrem mais incêndios. Há uma pressão para que aconteça a contratação de mais brigadistas e para que eles possam trabalhar o ano todo. Porque, se o brigadista acompanhar toda a situação, com estratégia, ele terá mais chances de obter sucesso. Bom, agora eu discordo um pouco de alguns colegas. Eu não acho que o produtor rural coloca fogo em sua propriedade, de modo criminoso, simplesmente para ver as chamas ou apenas para queimar a palha seca. Porque ele corre o risco de acabar queimando sua própria cerca, inclusive. Hoje, um quilômetro de cerca no Pantanal custa mais de 15 mil reais. Por que o produtor vai colocar fogo no mato para perder a sua cerca, que, muitas vezes, custa mais do que sua terra? O que ele ganharia com isso? Eu não vejo lógica nisso. Precisamos entender o que acontece. Claro que este ano a quantidade de focos de incêndio aumentou mais de 900% no Pantanal. É necessário observar isso. E a WWF está lançando hoje um documento muito interessante: "O alerta precoce para mitigar impactos da seca no Pantanal." A WWF está fazendo tal documento em parceria com entidades japonesas, e coloca questões importantes. O texto diz que o Pantanal, de fato, está secando. É um processo natural. O problema é que ele está secando mais rapidamente do que secaria em condições normais. Esta é a nossa preocupação, porque a fauna e a flora são adaptadas ao ambiente. E se ele sofrer uma mudança brusca, pode perder todo o seu material genético e informações ainda não sabidas.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Só um minuto. Então, eu acho necessária a criação de fundos, como o Fundo do Pantanal, que está sendo discutido dentro da Lei do Pantanal, que vai gerar recursos financeiros, para pagar pelos serviços ambientais. Este é o gargalo. O produtor sente, deputado Zé Teixeira, que, além de tudo, ele tem de executar boas práticas ambientais e práticas sustentáveis, que são muito mais caras do que a prática tradicional. Mas, se o



produtor receber uma recompensa, por meio do Fundo do Pantanal, por boas práticas ambientais, com certeza ele vai se sentir mais estimulado em praticar ações que evitem, ou que minimizem, esse processo de degradação ambiental. Pois não, deputado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado Renato Câmara, quero parabenizá-lo por abordar este assunto. Eu tenho absoluta certeza de que o senhor representou bem a Casa na comitiva que acompanhou as ministras e as equipes. Mas Vossa Excelência falou que o preço de cerca, de barracão e tal, no Pantanal, é o preço da própria residência. Então, jamais o produtor rural fará algo para colocar suas coisas em risco. Outra coisa importante que o senhor mencionou é: se o proprietário colocar fogo na biomassa seca, que é o único alimento do gado no Pantanal, como os animais ficarão? Ninguém sabe quando vai chover. Desde que o Brasil foi descoberto, o Pantanal tem sido cuidado pelos pantaneiros. E está aí até hoje essa história viva que nós assistimos. Então, eu pergunto a Vossa Excelência, para que o produtor vai colocar fogo na biomassa, e deixar seu gado morrer de fome? Acaso o gado vai comer cinza? Quer dizer, não existe lógica nisso. Eu estou vendo um vídeo aqui, depois vou passá-lo a Vossa Excelência. Este vídeo foi feito hoje pelo pecuarista e advogado doutor Pedro Lacerda nas regiões pantaneiras da Nhecolândia, Paiguás, e mostra que o fogo só está perto de Corumbá, às margens do rio Paraguai, nas estradas-parque, nas reservas cuidadas por ONGs. A Polícia Federal tem a obrigação de investigar isso, de ouvir piloteiros, donos de pousadas, fazendeiros, donos de hotel, guias de turismo, ribeirinhos, porque eles sabem quem está colocando fogo no Pantanal. E quanto às ONGs que existem na Amazônia? Há notícias de que ONGs colocam fogo na mata para poder receber dinheiro do Fundo, de um fundo que nem do Brasil é, é da Inglaterra, outro da Holanda, fundos de países que destruíram tudo por lá e agora vêm interferir aqui. Nós estamos lutando contra um agente muito difícil, que é a natureza. Há quantos dias não chove no Pantanal? Nunca houve tamanha seca. O produtor rural aqui na parte alta está colhendo apenas vinte, vinte e cinco sacas de milho, porque não caiu uma gota d'água. Ele já perdeu a soja, e agora está perdendo o milho, produtos importantes para a economia de Mato Grosso do Sul e do Brasil. Agora, o produtor rural nunca vai querer destruir o que é dele. Isso é história. O pantaneiro sabe mexer com o Pantanal. Numa área sem pasteio, a biomassa cresce e vira gasolina. Como dizia meu avô: "Fogo de morro acima e água de morro abaixo são duros de cercar." Mas é preciso fiscalizar e descobrir quem está provocando incêndio em volta de Corumbá, às margens do rio Paraguai, do rio Aquidauana e dos rios afluentes do rio Paraguai.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Incorporo seu aparte ao meu pronunciamento. Quando se fala em queimadas, é importante destacar que nós estamos vivendo um momento ímpar, porque a seca que está atingindo o Pantanal, também com ventos lestes. E outro ponto importante é o equilíbrio que existe entre a Planície e o Planalto. O Planalto absorve a água e acaba brotando na Planície do Pantanal. A meu ver, é preciso unir forças, fazer um trabalho integrado, para enfrentar o problema. Nós temos o Pro Solus, por exemplo, que vem sendo desenvolvido pelo governo do estado. Mas essa ação não tem o tamanho necessário para conter essa degradação do solo. Eu conversei com o governador Eduardo Riedel, e ele me disse que está analisando essa proposta. Na Frente Parlamentar de Recursos Hídricos, apresentamos uma minuta do regulamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, que foi criado em 2002, ainda pelo governador Zeca do PT, e até agora ele não foi regulamentado. O Fundo Estadual de Recursos Hídricos, em outros estados, como no Paraná, recebe recurso da compensação da utilização da água; ou seja, a água que é utilizada na Sérgio Motta, que é utilizada em várias hidrelétricas, é compensada. Existe uma compensação que é paga pela usina hidrelétrica, e o pagamento por essa



água vai então para o Fundo Estadual de Recursos Hídricos, que pode discutir ações e práticas de preservação, estratégias de atuação nas microbacias, ou financiamento de Zoneamento Ecológico-Econômico, que é uma etapa importante, a terceira aproximação para ajudar os municípios, principalmente na Rota Bioceânica. Há muitas empresas querendo vir para o estado, mas, como aqui não há Zoneamento Ecológico-Econômico, elas acabam não vindo. Muitas vezes, colocam uma empresa num lugar que não é indicado, e ela acaba tendo transtornos para poder conseguir as licenças para operar na área. Muitas vezes, ela comprou a área sem atentar para essa questão importante. E a WWF, então, apresenta aqui algumas recomendações importantes, as quais podemos discutir aqui na Casa. A primeira delas é: definir ações de adaptação às mudanças climáticas. E eu vi no Pantanal Tech algumas ações que já são nossas, adaptadas, que podem ajudar muito o meio ambiente. A Magnífica Reitora do IF, Elaine Borges, e nossos colegas professores estão aqui conosco. Quero saudá-los e agradecer a presença de todos. E quero reafirmar nossa parceria com vocês. A professora Elaine estava lá. E eu fiquei muito entusiasmado com algumas ações e estou pensando em como apoiá-las e difundi-las no Pantanal. Uma delas é o boi pantaneiro. O boi pantaneiro, que veio para cá há quatrocentos anos, está adaptado à região. Hoje há apenas quinhentos animais por lá. Segundo Darwin, depois de duzentos anos, uma espécie solta em um ambiente, ela se transforma em uma outra espécie, e se adapta à região. E o boi pantaneiro possui algumas qualidades importantes, uma delas é que é muito difícil uma onça predá-lo. Ele tem um forte instinto de sobrevivência, de ataque, ele não foge da luta com a onça, ele tem chifres, e sabe se defender. O boi pantaneiro está adaptado a conviver com onças, está adaptado a viver em áreas que sofrem inundações, ele consegue comer capim submerso. Suas narinas são fechadas por uma membrana quando estão na água. Eles têm chifres grandes que lhes servem de termômetro. Ele não precisa de sombra. O Nelore, por exemplo, sempre procura sombra, o boi pantaneiro, não, ele fica tranquilo ao sol. Os carneiros adaptados estão em extinção. Há várias espécies de capim que precisam ser melhoradas. É importante pensar nesse equilíbrio. E onde há boi pantaneiro, há mais aves também, porque ele come bacuris, castanhas, e acaba atraindo as aves. Quero aproveitar e parabenizar a UEMS' por fazer a mostra e apresentar várias ações sustentáveis e também econômicas que podem ser alternativas de equilíbrio no Pantanal. Com ações e tecnologias, é possível recuperar nosso bioma e o volume de água também. Vale lembrar que a diminuição do nível dos rios acarreta prejuízos. Agora as autoridades vão fechar os portos de Porto Murtinho e de Corumbá. Todo minério de Corumbá terá de ser transportado por outro caminho. E nós sabemos que o transporte fluvial é o mais barato e o que menos impacta a natureza. Infelizmente, por conta do baixo nível dos rios, o transporte fluvial ficará comprometido. Então, faz-se necessário organizar estratégias de recuperação dos cursos de água e também do volume dos recursos hídricos do nosso Pantanal. Manter o nosso Pantanal conservado coloca o nosso estado em vantagem. A água é a base do desenvolvimento de qualquer país. Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Feito o registro. Pois bem, nós gostaríamos de registrar, mais uma vez, a importante reunião que ocorreu aqui na Assembleia entre os integrantes da Comissão de Meio Ambiente e os representantes do IF. Contamos com a presença da professora doutora Elaine Borges Monteiro Cassiane, Magnífica Reitora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul; do professor Diego Henrique Pereira de Viveres, pró-reitor de Administração do Instituto Federal; da professora Cláudia Santos Fernandes, pró-reitora de Ensino do Instituto Federal; do professor Anderson Martins Correia, pró-reitor de Extensão; da professora Edivânia Chagas, pró-reitora de Pesquisa e Inovação e Pós-Graduação do Instituto; da professora Andreia Marques Rosa, diretora-geral do campus Aquidau-



ana; do professor Deжайr Lopes Júnior, diretor-geral do campus Campo Grande; da professora Renilse Miranda, diretora-geral do campus Corumbá; da professora Ângela Kwiatkowski, diretora-geral do campus Coxim; do professor Ricardo Augusto Lins do Nascimento, diretor-geral do campus Dourados; do professor Luciano Rodrigues, diretor-geral do campus Jardim; do professor Wagner Antoniassi, diretor-geral do campus Naviraí; da professora Débora Cristina, diretora do campus Nova Andradina; do professor Izidro dos Santos, diretor-geral do campus Ponta Porã; do professor Edson Ítalo, diretor-geral do campus Três Lagoas; do professor Sérgio de Souza Pires, diretor sistêmico de Governança de Pessoal; do professor Carlitos Fioravante Vieira de Oliveira, diretor do sistema de Tecnologia de Informação; da professora Vanessa Hiroko Kusano, diretora de Gestão Sistema de Governança, Riscos Transparência e Inovação Pública; da professora Lia Nara, diretora do Centro de Referência em Tecnologia e Educação a Distância; do professor Vinícius Vilas Boas, assessor de Comunicação; do professor Jociney Lopes, chefe de gabinete do Instituto Federal; do professor Diego Tadeu da Silva, diretor executivo de Desenvolvimento; da professora Juliane Daniele Rezende Miguel, diretora executiva de Ensino; da professora Lenir Aparecida dos Santos, diretora executiva de Extensão; e da professora Larissa Cardoso, tecnóloga de Gestão Pública do Gabinete da Reitoria. Agradecemos a presença de todos. Estamos sempre à disposição. Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Eu quero fazer a inversão do meu tempo com o deputado Junior Mochi.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Por inversão, com a palavra, o deputado Junior Mochi. Vossa Excelência dispõe de dez minutos.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — sem revisão do orador — Agradeço ao deputado Antonio Vaz por inverter seu tempo comigo. Eu trago dois assuntos importantes. Primeiro, quero parabenizar o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, que criou, recentemente, o Centro de Inteligência. Saiu em uma matéria que o TJMS emitiu nota dizendo que pode frear a farra da judicialização na saúde. Eu venho compilando os dados da hiperjudicialização na saúde, que compromete as finanças dos municípios de Mato Grosso do Sul e também as finanças do estado. Decisões são tomadas sem conhecimento da disponibilidade financeira dos municípios ou do estado, com valores altíssimos, de quatrocentos, quinhentos mil reais para substituição de uma prótese, por exemplo. Ocorre que, muitas vezes, os municípios não têm condição de providenciar essas coisas. A meu ver, esse assunto tem de ser melhor estudado. O Tribunal de Justiça chegou a essa conclusão e fará um levantamento, através do centro que foi criado, para estabelecer um critério para a concessão de medidas judiciais que afetem os Poderes Executivos municipal e estadual, talvez até o Federal. Bom, mas isso merece voltar à pauta em outro momento. O outro assunto que trago diz respeito ao IFMS. Quero parabenizar a reitora, professora Elaine e, em seu nome, os diretores dos dez campus do Instituto Técnico Federal em Mato Grosso do Sul. E quero reproduzir aqui aquilo que nós a ouvimos dizer há pouco, ali no Plenarinho, após a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. O Instituto Técnico Federal é composto por dez campus, e agora, em um projeto de expansão, serão criados mais dois campus, o de Paranaíba e o de Amambai, totalizando, portanto, doze campus em Mato Grosso do Sul. É importante realçar aqui o número de matrículas nos dez campus do IFMS: presencial é 11.488; na EAD de pós-graduação é 3.430; e na EAD livre é mais 38.579. Total: 53.515 matrículas aqui em Mato Grosso do Sul. Os cursos são de formação tecnológica, mas voltados, como disse a própria reitora, para a geração de conhecimento técnico a ser aplicado principalmente no desenvolvimento econômico e



social em Mato Grosso do Sul. E é importante salientar a grande parceria que o instituto tem com as comunidades locais para poder identificar e diagnosticar os principais problemas e também as potencialidades de cada uma das nossas regiões, e em cima disso desenvolver o conhecimento técnico dos seus profissionais, e através de ações concretas procurar mudar para melhor a nossa realidade. Eu não tenho dúvida de que o IFMS está entre os melhores institutos do país. E nós temos tido exemplos disso ao longo dos anos de funcionamento do instituto. Hoje, o IFMS conta com 1.300 funcionários, fora, obviamente, os terceirizados. Existem muitos projetos em andamento, mas eu gostaria de citar aqueles que nos foram apresentados ali na reunião. Projetos em andamento: de Laboratório de Solos, Casa do Pantanal, hidroponia, tanques de geomembranas em Miranda, Nova Andradina, Ponta Porã, no assentamento Teijm, em Nova Andradina, em Coxim, o Qualifica Mais MS, o Centro de Referência em Tecnologia de Informação e Comunicação, os laboratórios Data Gamer do grupo de pesquisa Smart Tecnologias Computacionais e Sistemas Inteligentes, laboratórios de informática aplicadas ao desenvolvimento softwares da IFMS - Projeto Liads, o Catalogando aventuras nas escolas indígenas de pantaneiros de Aquidauana, o Qualifica Mais IFMS na área social, e estruturação do laboratório e FMakers no Campus de Corumbá. Esses são alguns dos projetos em desenvolvimento. Mas também há muitos outros a serem implantados, o que gera toda essa conectividade do Instituto Técnico com a realidade local dos municípios e das regiões do nosso estado. Vale aqui fazer esse registro. E o pessoal do IFMS veio nos visitar hoje para que possamos nos conhecer e fazer a parceria necessária para contribuirmos com o desenvolvimento tecnológico e educacional em Mato Grosso do Sul. Convido os colegas deputados a visitarem os campus. Vamos fazer uma parceria entre esta Casa e o IFMS. Vamos formular ações concretas que beneficiem a sociedade sul-mato-grossense. É uma satisfação, professores, recebê-los nesta Casa de Leis. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente. Solicito ao senhor segundo-secretário que faça a recomposição do quórum.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Com vinte e um deputados presentes, há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 121/2024. Autor: deputado Caravina. "Denomina próprio público com o nome que especifica". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 121/2024, de autoria do deputado Caravina.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).



DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final do projeto que denomina Dêlcio Álvaro Benedito o trecho da rodovia MS-475, compreendido entre a sede do município de Novo Horizonte do Sul e o entroncamento com a rodovia MS-141. Vai ao Expediente.



Item 2. Em discussão única. Projeto de Lei nº 111/2024. Autor: deputado Pedro Kemp. "Denomina próprio público com o nome que especifica." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão... Para encaminhar votação, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente e senhores deputados, eu apresentei este projeto de lei para dar nome a uma escola que está em construção no município de Ribas do Rio Pardo. Estou atendendo ao pedido de representantes da comunidade local. Se aprovada a proposta, a escola receberá o nome de uma professora muito querida e muito respeitada na cidade. Eu recebi também um documento do prefeito daquela cidade, no qual ele disse que há um abaixo-assinado feito por moradores, os quais defendem que a escola receba o nome da professora. Portanto, nós estamos apenas aqui servindo de instrumento da comunidade de Ribas. A iniciativa, portanto, não é nossa, é da comunidade de Ribas do Rio Pardo. Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação...

Projeto de Lei nº 111/2024, de autoria do deputado Pedro Kemp.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.



DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto que denomina "Professora Augusta Costa Ramos da Silva" a escola estadual localizada no bairro Estoril, no município de Ribas do Rio Pardo. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 044/2024. Autor: deputado Professor Rinaldo. "Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul o 'Dia da Doula'." A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão...

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Para encaminhar, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para encaminhar, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, embora teoricamente a profissão em questão pareça simples, na prática não é. Temos aqui dois exemplos, o neto do deputado Paulo Corrêa, quando nasceu, recebeu acompanhamento, de forma integral, de uma doula; e o meu neto, o Lorenzo, também foi acompanhado por uma doula. A gente fica muito



feliz pela criação desta data. Estamos atendendo à demanda de um grupo de profissionais, instituindo o dia 18 de dezembro como o Dia da Doula. Essa profissional desempenha um papel importante na realização do parto humanizado. Hoje, a gente percebe, deputado Paulo Corrêa, que, cada vez mais, aparecem mulheres com a ideia de contratar uma doula para acompanhar seu parto. Portanto, eu gostaria de encaminhar o voto pedindo o apoio dos colegas na aprovação desta proposta.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Para encaminhar, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para encaminhar, com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Quero parabenizar o deputado Professor Rinaldo, que sabe muito bem como ocorreu o parto do Paulo Corrêa Neto. Minha filha o chama de Frederico. Mas eu acho que o nome dele é Paulo Corrêa Neto. Eu vou continuar chamando-o assim porque sou reacionário. Mas ele foi acompanhado por uma doula, sim. Quero registrar meu voto favorável, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 044/2024, de autoria do deputado Professor Rinaldo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Marcio Fernandes (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.



DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 06/2023. Autor: deputado Pedro Kemp. "Dispõe sobre o acesso a produtos industrializados contendo como ativos derivados vegetais ou fitofármacos da cannabis sativa (produtos de cannabis), para tratamento de doenças, síndromes e transtornos de saúde." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 03, tendo como relatora a deputada Mara Ca-seiro...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu protocolei este projeto ano passado, em janeiro, e quero fazer um registro. Eu fui provocado pelos representantes da Associação Divina Flor. Nós tivemos uma reunião, uma conversa bastante produtiva. Aliás, quero registrar a presença do doutor Felipe, assessor jurídico da Associação Divina Flor. Bom, mas o objetivo do projeto é garantir a distribuição gratuita desse medicamento na rede pública de saúde a quem ne-cessite. É importante dizer que hoje muitos pacientes já se beneficiam do medicamento à base de



canabidiol, e nós não podemos admitir que as pessoas de baixa renda, que as pessoas que não têm condições financeiras, não se beneficiem também, caso necessitem. Estudos comprovam que o uso de substâncias extraídas da cannabis pode auxiliar em diversos tratamentos de saúde, como por exemplo em algumas síndromes epilépticas severas, no controle de convulsões, fibromialgia, síndrome de Dravet, esclerose múltipla e até mesmo autismo. Além disso, a substância também aponta eficácia no controle da dor crônica em pacientes com câncer, no tratamento de sintomas decorrentes de quimioterapia; e age também na redução de náuseas e vômitos em pessoas que fazem quimioterapia. Em 2014, ou seja, há dez anos, o debate sobre o uso do canabidiol entrou na agenda pública brasileira, influenciado pela divulgação de casos de crianças com epilepsia e de pacientes com outras doenças graves que apresentaram melhora com o uso da substância. Atualmente, no Brasil, a Anvisa já concede autorização para o tratamento com canabidiol, porém existem algumas restrições. É claro que os estudos estão avançando, que pesquisas estão sendo realizadas sobre o uso do canabidiol. É importante dizer que o nosso projeto sofreu alterações. Após debate na CCJR, ele recebeu emendas; no entanto, seu objetivo está preservado, que é garantir o acesso gratuito ao medicamento na rede pública de saúde. Claro que será necessária a regulamentação do projeto, depois protocolos serão estabelecidos, e para o uso será necessária a prescrição médica. Quero dizer que ano passado eu e a vereadora Luiza Ribeiro realizamos uma audiência pública sobre o tema, ouvimos depoimentos emocionantes de pessoas que já obtiveram bons resultados com o uso do canabidiol. Há, inclusive, um deputado desta Casa fazendo uso do canabidiol e tem obtido um resultado muito satisfatório em seu tratamento. E acho que nós temos que estender esse benefício para a população de baixa renda e para a população de um modo geral. Quero agradecer à Comissão de Constituição e Justiça pelo trabalho. Conto com o empenho do governo do estado, do secretário de Saúde, para que o projeto seja rapidamente regulamentado e para que logo, logo o medicamento comece a ser distribuído de forma gratuita na rede pública. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão... Lembrando que o relator foi o deputado Junior Mochi e que seu parecer foi favorável, com a Emenda Substitutiva. Encerrada a discussão. Em votação...

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Para justificar o voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para justificar seu voto, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, é importante frisar que não se trata de um debate ideológico. Portanto, não há que se dizer que a Assembleia Legislativa está liberando o uso do cannabis, da maconha, nós estamos aqui liberando o acesso aos medicamentos, após prescrição médica, devidamente autorizados pela Anvisa. É importante ressaltar que houve uma emenda supressiva para adequação do projeto, para garantirmos o acesso ao medicamento, devidamente aprovado pela Anvisa e produzido por laboratórios específicos.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação...

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Justificativa de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não.



DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Só para fazer um adendo à manifestação do deputado Junior Mochi. Uma das emendas, inclusive, propunha que a análise para liberação do medicamento passaria por uma comissão da própria Secretaria de Saúde. Isso daria maior respaldo à Saúde para distribuição do medicamento a quem realmente precisa. Então seriam três etapas: autorização da Anvisa, prescrição médica, análise feita pela comissão de saúde. Diante disso, eu voto favorável ao projeto.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Só para encerrar, senhor presidente, estamos falando de tratamentos de crise de epilepsia, tratamentos quimioterápicos contra o câncer, tratamento de esclerose múltipla, fibromialgia, entre outros. É importante deixar claro o que nós estamos votando. E agora, aliás, estamos votando a constitucionalidade do projeto. E obviamente as comissões de mérito farão as suas devidas avaliações. Voto sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para declarar meu voto...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declaração de voto, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, eu pedi vista deste projeto do deputado Pedro Kemp referente ao canabidiol, e gostaria de declarar que a competência legislativa sobre a questão farmacológica está ligada à União. Então, não se trata de autorizar a produção, autorizar a distribuição, trata-se de eliminar burocracias sobre um remédio aprovado pela União, pela Anvisa, sem o THC. Então, não se trata de autorizar o plantio próprio de maconha para consumo, não se trata de nada disso. Então, na primeira discussão, faz sentido votar a constitucionalidade do projeto, faz sentido trazer no mérito os efeitos do projeto do deputado Pedro Kemp. Então apenas para justificar que o nosso voto caminha nessa esteira. É um remédio, um fármaco como qualquer outro que tem potencial de amenizar dores e curar doenças. Então a gente tem esse cuidado ao analisar essa questão. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu quero somente dar um depoimento pessoal. Eu tenho um sobrinho que nasceu com uma doença rara, ele tinha mais de cem convulsões por dia, e o remédio que acabou com as convulsões dele foi o canabidiol. Para a minha família, o medicamento foi uma redenção. A meu ver, é ignorância dizer que tem a ver com liberação de maconha etc. Basta consultar quem faz tratamento com esse remédio, que verá que a coisa é séria. Agradeço os votos dos colegas deputados.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente. Justificativa de voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não, deputada.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Apenas para registrar que não votar em um projeto como este é impedir que pessoas com determinadas doenças, como por exemplo a epilepsia, o autismo, o câncer, a depressão, a ansiedade, a insônia, a dependência química, a fibromialgia, é impedir que pessoas vivam melhor. Então, nós não estamos liberando o uso de droga. É um



medicamento que será testado e que será autorizado pela Anvisa. A Secretaria de Saúde estabelecerá os critérios para o uso do medicamento. Vamos deixar isso bem claro. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vamos em frente. Ainda em votação o Projeto de Lei nº 06/2024, de autoria do deputado Pedro Kemp.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Não.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Não.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.



DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado. Solicito resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, quero dizer que a deputada Mara Caseiro é coautora deste projeto. E foi ela que trabalhou na emenda substitutiva para o projeto ser aprovado. São dezenove votos favoráveis e dois votos contrários.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento do senhor Antônio Cassiano Pontes...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente. Apenas para pedir destaque do Requerimento nº 2.075/2024, o terceiro item dos requerimentos.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Então, vamos votar dois requerimentos, sete indicações e quatro moções de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente... Solicito que a assessoria coloque no painel o Requerimento nº 2.075/2024, que solicita informações sobre o repasse de dez anos do FIS.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para discutir.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para discutir, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, eu vou tentar conquistar o voto dos colegas. Eu estou pedindo a prestação de contas, deputado Londres Machado. Este requerimento foi alvo de um pedido de vista, mas eu quero explicar por que estou pedindo a prestação de contas. Nós fizemos a leitura da Lei nº 2.105, promulgada no dia 30 de maio de 2000, que instituiu o Fundo de Investimentos Sociais, dando outras providências. "Artigo 1º -Fica instituído o Fundo para Investimentos Sociais (FIS), destinado a auferir recursos financeiros para implementação de programas sociais do governo do estado. Artigo 8º - A prestação dos gastos em decorrência de investimentos de programas sociais incube ao órgão ou entidade que os realizaram. Parágrafo 1º - Independentemente das prestações de contas exigidas pelas leis de orçamento e de finanças públicas, as prestações de contas dos recursos do FIS deverão ser encaminhadas, obrigatoriamente, ao Comitê referido no artigo 3º, submetidos à aprovação da Assembleia. Parágrafo 2º - Recebida pela Assembleia Legislativa, a prestação de contas a que se refere o caput deste artigo,



será discutida e votada." Então, quero dizer aos colegas que eu recebi uma resposta rápida da Salj (e já cumprimento os assessores pelo trabalho) sobre essa prestação de contas. A Assembleia nunca fez o questionamento, por isso essa prestação de contas nunca veio e nunca foi votada aqui na Casa. Isso justifica e viabiliza a aprovação do requerimento. Nesse sentido, solicito a Vossas Excelências que encaminhem voto favorável. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão... Encerrada a discussão. Em votação...

Requerimento nº 2.075/2024, de autoria do deputado João Henrique.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.



DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São quinze votos favoráveis e nenhum voto contrário.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o requerimento. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia... Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, já foi mencionada aqui a presença da reitora professora Elaine e dos diretores dos campus do Instituto Federal, agora eu quero falar da importância da reunião que nós da Comissão de Tecnologia e Inovação, cujo presidente é o deputado Junior Mochi, fizemos com eles. O Instituto Federal tem dezenas de cursos disponíveis para a nossa juventude sul-mato-grossense. Muitas pessoas, professora Elaine, confundem o IFMS com a UFMS, mas elas são instituições diferentes. Muitos cursos oferecidos pelo IF não são preenchidos por falta de informação à população. Eu gostaria, senhor presidente, portanto, que nós utilizássemos a TV Assembleia, a Rádio Assembleia, as mídias sociais desta Casa, para fazermos uma campanha a fim de divulgarmos o IFMS e os cursos de profissionalização, de qualificação lá oferecidos. Muitas indústrias, muitas empresas gostariam de se instalar aqui no nosso estado, mas esbarram na questão do material humano. Agora, em breve, teremos mais dois campus aqui no estado, totalizando doze. Eu tenho certeza que isso colaborará, e muito, para a formação e qualificação dos jovens sul-mato-grossenses. Mais uma vez, reafirmamos, reitora, o nosso compromisso em continuarmos juntos com vocês, para fazermos de MS um estado cada vez mais próspero, cheio de jovens cada vez mais preparados para o mercado de trabalho. Parabéns ao deputado Junior Mochi e aos demais membros da nossa comissão. Modéstia à parte, senhor presidente, as comissões orgânicas desta Casa têm funcionado muito bem. A Comissão de Educação e Tecnologia, se não me falha a memória, só este ano, já realizou mais de dez reuniões. Nós não conseguiremos mudar o nosso estado e o nosso país, se não colocarmos a educação em lugar de destaque. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado, deputado. Quero colocar à disposição de Vossa Excelência e das comissões as mídias sociais, a televisão, a rádio, para que esse trabalho continue sendo feito. Agradeço às comissões pela celeridade na realização dos trabalhos. Nós ainda temos duas, três semanas de exaustivo trabalho, já que temos ainda para votar o Refis, a LDO e mais uns quatro projetos de lei. Nós queremos encerrar a pauta até o dia 16, 17 de julho, para podermos tirar o recesso. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (11h33min).